

AS RELAÇÕES ENTRE A ANTROPOLOGIA E OS ARQUIVOS VISTA ATRAVÉS DO FUNDO ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA¹

Amanda Gonçalves Serafim²

RESUMO: Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) foi um importante antropólogo brasileiro e atuou em diferentes universidades e instituições no país e no exterior. Ainda que grande parte de seu currículo e de suas pesquisas sejam de amplo conhecimento na história da antropologia brasileira, seu acervo documental foi pouco explorado. O fundo Roberto Cardoso de Oliveira, atualmente depositado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), localizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi doado pelo antropólogo na década de 1980, abriga um grande volume documental que recobre a maior parte da trajetória de seu titular, e também muitos capítulos da história da disciplina no Brasil. O presente artigo tem como objetivo tensionar esse material com as discussões que aproximam a antropologia e os arquivos, de modo a acessar as camadas de atuação que constroem a narrativa oriunda desses papéis e que articulam titular e instituições de memória. Para isso, uma breve recuperação de um debate que problematiza a monumentalidade e a pretensa neutralidade dos arquivos, junto com uma aproximação das potencialidades e particularidades dos arquivos pessoais, nos ajuda a confrontar o material à luz da construção de um legado e de uma memória que perpassa uma atuação individual, mas é também resultado dos processos de arquivamento e pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos. Roberto Cardoso de Oliveira. História da Antropologia no Brasil.

¹ Este artigo é um desdobramento de discussões desenvolvidas pela autora em sua dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (SERAFIM, 2021), e novas reflexões produzidas posteriormente. A pesquisa de mestrado recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2017/26452-6).

² Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2021/05948-9). E-mail: amandagserafim@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3020-5993>.

THE RELATIONSHIP BETWEEN ANTHROPOLOGY AND ARCHIVES VIEWED THROUGH THE ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA FUND

ABSTRACT: Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) was an important Brazilian anthropologist who worked in different universities and institutions in the Brazil and abroad. Although much of his curriculum and research is widely known in the history of Brazilian anthropology, his documentary collection has been relatively unexplored. The Roberto Cardoso de Oliveira fund, currently deposited at the Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), located at Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), and donated by the anthropologist in the 1980s, contains a large volume of documents that cover a significant portion of his life's work, as well as many chapters in the history of the discipline in Brazil. This article aims to examine this material in relation to the discussions that connect anthropology and archives, with the objective of accessing the layers of action that build the narrative arising from these roles and that articulate titleholder and memory institutions. To accomplish this, a brief exploration of a debate that problematizes the monumentality and the supposed neutrality of archives, along with an examination of the potentialities and particularities of the personal archives, will help us to analyse the material in light of the construction of a legacy and a memory that permeate individual action, while also being the result of archiving and research processes.

KEYWORDS: Archives. Roberto Cardoso de Oliveira. History of Anthropology in Brazil.

LAS RELACIONES ENTRE LA ANTROPOLOGIA Y LOS ARCHIVOS VISTA ATRAVÉS DEL FONDO ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

RESUMEN: Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) fue un importante antropólogo brasileño y trabajó en diferentes universidades e instituciones en país y exterior. Aunque gran parte de su curriculum y de sus investigaciones son ampliamente conocidos en la historia de la antropología brasileña, su acervo documental ha sido poco explorado. El fondo Roberto Cardoso de Oliveira, actualmente depositado en el Arquivo Edgard

Leuenroth (AEL), ubicado en la Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fue donado por el antropólogo en la década de 1980 y alberga un gran volumen de documentos que abarcan la mayor parte de la trayectoria de su titular, así como muchos capítulos de la historia de la disciplina en Brasil. El presente artículo tiene como objetivo tensionar ese material con las discusiones que vinculan la antropología y los archivos, con el fin de acceder a las capas de actuación que construyen la narrativa surgida de estos papeles y que articulan titular e instituciones de memoria. Para ello, una breve revisión de un debate que problematiza la monumentalidad y la supuesta neutralidad de los archivos, junto con una aproximación de las potencialidades y particularidades de los archivos personales, nos ayuda a confrontar el material a la luz de la construcción de un legado y de una memoria que atraviesa una actuación individual, aunque también es resultado de los procesos de archivamiento e investigación.

PALABRAS CLAVE: Archivos. Roberto Cardoso de Oliveira. Historia de la Antropología en Brasil.

INTRODUÇÃO

Segundo Cunha (2004), é no final do século XX que os antropólogos passam a olhar para os arquivos com mais interesse, a partir da ideia da produção de conhecimento nessas instituições. A ótica de um local onde os segredos e vestígios repousam passa a dar lugar a narrativas que devem ser interpretadas em seus próprios contextos. Dessa forma, “os arquivos tornaram-se então territórios onde a *história* não é buscada, mas contestada, uma vez que constituem *loci* nos quais outras historicidades são suprimidas” (CUNHA, 2004, p. 292, grifos no original). A relação da antropologia com os documentos é anterior a esse momento, mas foi também marcada por diferentes concepções e embates entre o que era entendido com campo e etnografia. Os documentos eram vistos como uma prática complementar e distante do “estar lá”, e muito mais próximo dos interesses dos historiadores. Esse repensar sobre o arquivo vai ao encontro de discussões que abarcam outras vozes, os silenciamentos e os usos que são feitos desse material, além do debate sobre a importância de se analisar não apenas o conteúdo, como também as formas de produção, organização e a narrativa final resultante desses processos.³ Mesmo

³ É preciso ressaltar que nas décadas de 1980 e 1990 já havia, no Brasil, uma produção de

porque, o próprio arquivamento pode fornecer pistas acerca das políticas de preservação de determinadas histórias ou pontos de vista por parte dos Estados ou das instituições de memória, e até mesmo dos familiares ou dos titulares dos acervos. É principalmente sobre esse último grupo que esse texto pretende se focar, mais especificamente através de arquivos pessoais. Dessa forma, este artigo parte de uma breve recuperação e articulação em torno das discussões sobre a relação entre a antropologia, os arquivos e os documentos, com o objetivo de tensionar essas questões através de um conjunto de materiais e acessar as camadas que constroem as narrativas oriundas desses papéis e que relacionam seu titular, as instituições de memória e a própria história da disciplina. O objeto a ser cotejado por essas questões é o fundo Roberto Cardoso de Oliveira, que está atualmente sob a guarda do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)⁴ na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A partir dos debates sobre pesquisas antropológicas nos e com os arquivos, busquei refletir, em pesquisa que resultou em minha dissertação de mestrado, sobre como as relações entre produção, seleção, doação e organização de documentos feitas no fundo Roberto Cardoso de Oliveira por seu titular e pela instituição de guarda podiam ajudar a entender o

pesquisas antropológicas que incorporavam e olhavam para os documentos em suas pesquisas. Parte dessas publicações foram produzidas pelos participantes do Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB), que será apresentado mais adiante. Também havia a produção do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII) da Universidade de São Paulo (USP), com destaque para o livro *História dos Índios no Brasil* (1992), onde, segundo Viveiros de Castro (1993), os antropólogos pararam de fazer uso superficial das fontes para a produção de uma contextualização histórica de seu objeto e passaram a se debruçar efetivamente em materiais de arquivo que dialogavam com as etnografias realizadas com os povos indígenas no país.

⁴ O AEL, Centro de Pesquisa e Documentação Social, foi criado na década de 1970 com o intuito de abrigar fontes primárias necessárias para as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação criados no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp nesse período. Atualmente, abriga documentos relacionados à história social, política e cultural do Brasil e da América Latina, assim como documentos associados a diversas pesquisas realizadas no instituto e de história intelectual. Dados disponíveis na página do arquivo: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/historico>. Acesso em: 01 jul. 2022.

projeto de antropologia desenvolvido por ele⁵ para além dos conteúdos que esse papéis me informavam (SERAFIM, 2021). A construção narrativa de um acervo é sempre composta pelas camadas de atuação de seus titulares, dos agentes envolvidos na gestão desses papéis antes da doação e dos funcionários das instituições de memória – assim como pelos pesquisadores desses materiais que desenvolvem reflexões que podem ser posteriormente incorporadas pela instituição. No caso específico de Cardoso de Oliveira, sua participação ativa em um processo prévio de arquivamento e de doação de um grande volume de documentos ainda em vida parece colocar uma necessidade ainda maior de atenção à forma de constituição desse acervo. Ainda que não seja possível reduzir um conjunto documental à memória de seu titular, olhar para os processos de ordenação e doação desses papéis através de seu volume, ordenamento prévio e discursos sobre o mesmo, podem colaborar com uma análise da maneira como o antropólogo lidou com a construção de sua própria trajetória e com possíveis interpretações futuras de uma história da disciplina. Não tenho a pretensão de esgotar as possibilidades de reflexão feitas a partir de uma pesquisa junto aos documentos de Roberto Cardoso de Oliveira para pensar suas contribuições à história da antropologia, mas tão somente chamar a atenção para a importância de mobilizar preocupações críticas voltadas aos estudos sobre arquivos para pensar outras possibilidades de análise de trajetórias intelectuais, mesmo de um sujeito sobre quem muito já foi dito.

ARQUIVOS E ANTROPOLOGIA

Abordar os arquivos pessoais sob um olhar antropológico sugere deslocar a atenção dos documentos para os processos de constituição desses acervos. Nessa mirada, além dos gestos individuais de seleção e guarda dos registros, devem ser considerados os contextos nos quais os conjuntos documentais se inserem: contextos sócio-históricos mais

⁵ A trajetória de Cardoso de Oliveira e seu acervo documental serão apresentados em detalhe mais adiante.

amplos, de uma parte, e contextos arquivísticos nos quais são preservados, tratados e disponibilizados, de outra (HEYMANN, 2013, p. 67).

A perspectiva dos arquivos como locais de guarda e de prova de uma verdade histórica irreduzível que perdurou por muito tempo foi sendo questionada de forma mais intensa pelas ciências sociais principalmente a partir da década de 1990. Segundo Luciana Heymann (2012; 2013), essa ideia passa a ser substituída na antropologia, na filosofia e nos estudos culturais através de uma abordagem que aponta esses locais como construtores de uma verdade, a partir de forte influência dos trabalhos produzidos por Michel Foucault e Jacques Derrida nas décadas anteriores. Ou seja, as discussões destes dois autores apontam para reflexões sobre a forma que os arquivos passam a ser entendidos como instituições que produzem discursos sobre a verdade que controlam o acesso à informação e ao que pode ou não ser dito a partir das relações entre memória, saber e poder.

Essa questão fica ainda mais evidente ao ser confrontada com as etnografias feitas a partir de arquivos coloniais, como exemplificado nos trabalhos desenvolvidos por Ann Laura Stoler (2018) e Nicolas Dirks (2015), mas seus desdobramentos recaem também em outros tipos de instituições e nas pesquisas com outros conjuntos de documentos, já que os mecanismos de ordenação e de preservação são pautados a partir das políticas e das discussões que estavam em curso no final do século passado. Em seu trabalho, Stoler (2018) adverte que depois dos debates pós-coloniais da década de 1990 a respeito do lugar dos arquivos na construção de políticas do conhecimento, a antropologia não podia mais considerar esses espaços como fora do escopo da disciplina, assim como não podia entendê-los como apenas lugares de preservação de documentos. Assim, eles passam a ser entendidos não como objeto, mas como um processo de arquivamento que constrói conhecimento.⁶ No caso dos arquivos coloniais, os dispositivos que os engendram constituem

⁶ Entendo os arquivos não apenas como instituições, mas também como espaço físico e, em alguns casos, como sinônimo de documentos.

conhecimentos controversos produzidos por meio das relações de poder e governança fundamentais para o projeto colonial. Entretanto, ainda segundo a antropóloga, apesar destas importantes guinadas reflexivas, a abordagem de pesquisa com os arquivos continuou sendo mais “extrativista” do que etnográfica. Essa segunda abordagem seria uma forma de ir além de um interesse puramente conteudista e com pretensões de recuperar um passado, ao passo que coloca em pauta o processo de arquivamento e a produção desse conhecimento.

Segundo Dirks (2015), o arquivo é o local onde o Estado se monumentalizou e onde criou uma narrativa de um conhecimento neutro sobre o passado para preservar sua própria história a partir de uma série de mecanismos de controle de acesso à informação que operam através de seleções, silenciamentos e ênfases nas categorias que vão sendo construídas ao longo das divisões e descrições desse material. Esse controle pode ser alcançado tanto pela escassez de documentos, e conseqüentemente com uma dificuldade de conhecimento desse passado, como também por um excesso de documentação. Nesse segundo caso, um grande volume de material aliado a uma falta de acesso a instrumentos de pesquisa adequados, ou de uma ausência de organização do material, dificultam muito o trabalho dos pesquisadores interessados. Ainda que seja possível compreender os discursos produzidos por esses locais de memória e acessar essas informações, estes sujeitos terão mais dificuldades em suas pesquisas de colocar em perspectiva os sentidos do próprio processo de arquivamento se não buscarem refletir sobre os efeitos do trabalho feito com os documentos preservados. Ou seja, sobre as histórias do próprio fundo e da instituição de guarda.

Terry Cook (2018), ao traçar um panorama das “ideias arquivísticas”, como ele mesmo denomina, desde o final do século XIX, nos lembra onde residia o poder de decidir sobre as políticas de memória. Segundo o autor, as regras que pautam esse trabalho com os documentos são diretamente relacionadas a uma visão da formulação dessas mesmas políticas. Ou seja, o que seria guardado, o que receberia o status de fonte, quem teria o direito de produzir essa memória, quais vozes seriam ouvidas ou silenciadas e qual é, afinal, o foco da preservação, são processos

produzidos em determinados contextos políticos, em que tensões e disputas sobre um conhecimento que se torna histórico conformam as próprias bases do que é preservado e as formas como os dados são acessados. Dessa forma, é importante ressaltar também que as regras estabelecidas pelas práticas arquivísticas não são imutáveis e várias delas foram reformuladas nos últimos séculos a partir das discussões teóricas já mencionadas e das próprias mudanças sociais ao longo do tempo. Ao “desnaturalizar os arquivos” (HEYMANN, 2012, p. 14) e os enquadramentos oriundos do arquivamento, é possível colocar em destaque a própria produção narrativa que esses materiais produzem, omitem ou ajudam a construir e que são resultantes das políticas que determinam o que deve ser preservado, que evidentemente estão relacionadas aos interesses de seus titulares e aos procedimentos das instituições de memória, ainda que estejam também além destes. Com isso, gostaria de ressaltar os pressupostos analíticos de minha reflexão: o conteúdo do arquivo não é neutro e é perpassado pela atuação de pessoas e instituições distintas, mas ao mesmo tempo ele continua sendo passível de uma produção de conhecimento crítico, assim como outras práticas de pesquisa que não tomam o acesso ao passado como inequívoco e imune a tensões e disputas.

É também a partir dessas discussões sobre a desnaturalização dos arquivos que Cunha (2004) aborda a relação entre a antropologia e as instituições de memória e define a noção de “etnografia de arquivo” como:

uma modalidade de investigação antropológica que toma determinados conjuntos documentais, mais especificamente as coleções e os arquivos pessoais cujos titulares foram ou são praticantes da disciplina, como *campo* de interesse para uma compreensão crítica acerca das formas de produzir histórias da disciplina. Em vez de os arquivos serem concebidos como produto final de uma série de intervenções de caráter técnico — atividades supostamente *naturais* de classificação, ordenação e instituição de marcadores temáticos e cronológicos, por vezes desempenhadas pelos arquivistas (CUNHA, 2004, p. 291, grifos no original).

Dessa forma, a disciplina vai buscando estabelecer um diálogo com esses materiais e compreender os contextos de produção, seleção e ordenamento, assim como das narrativas que advém deles, colocando-os como parte de seu objeto de análise. Partindo do pressuposto de que são produzidos por pessoas e instituições e não são apenas dados passivos que se obtém através destes materiais, forja-se, deste modo, outras histórias da antropologia.

Muitas dessas discussões sobre os novos olhares para o arquivo e para a construção histórica dos documentos foram pautadas a partir dos arquivos institucionais, ou seja, de papéis produzidos principalmente pelos Estados e pela burocracia. Apesar desses mecanismos recaírem também para os arquivos pessoais, como nas próprias políticas institucionais sobre que acervos serão recebidos e preservados,⁷ eles por muito tempo foram colocados de lado, tanto pelo debate realizado pelas ciências sociais, como também pela própria arquivística. Antes de compreender esse apartamento, é preciso abordar brevemente os próprios arquivos pessoais. Este tipo documental não corresponde apenas a materiais produzidos no âmbito privado da vida de seus titulares, mas é resultado da produção e acumulação de papéis por um certo indivíduo particular a partir das diferentes esferas de sua vida, incluindo a profissional. No caso específico de arquivos pessoais de antropólogos, ou de arquivos etnográficos,⁸

⁷ A partir do caso do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) podemos refletir um desses mecanismos. A instituição, que inicia seu trabalho com o recebimento do acervo de Getúlio Vargas na década de 1970, contava em 2015 com 209 arquivos sob sua custódia, sendo que apenas 11 eram de mulheres. Além disso, parte desses fundos “vinham sendo tratados como anexos dos arquivos de homens com os quais elas tinham algum grau de parentesco, deixando de lado sua atuação como sujeitos políticos independentes” (MONTEIRO *et al.*, 2019, p. 76). É apenas em 2015 que o CPDOC altera sua definição de linha de acervo para destacar publicamente e promover a captação de “arquivos pessoais de homens e mulheres com destacada atuação na vida pública brasileira contemporânea” (CPDOC *apud* MONTEIRO *et al.*, 2019, p. 79), juntamente com um novo olhar para os documentos já recebidos a luz dessa discussão.

⁸ Para além das definições de arquivos pessoais e institucionais, Olívia Gomes da Cunha (2004) discorre sobre outra categoria: o arquivo etnográfico, que corresponderia a um conjunto de documentos provenientes das investigações de antropólogos e antropólogas, bem como de seus documentos pessoais. Apesar da existência dessa classificação em algumas instituições, opto por utilizar ao longo do texto apenas a categoria de “arquivo pessoal” por ser mais ampla

eles “são construções culturais cuja compreensão é fundamental para entendermos como certas narrativas profissionais foram produzidas e como sua *invenção* resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual” (CUNHA, 2004, p. 296, grifo no original), além de possibilitar acesso a informações que não estão presentes de forma direta nas publicações destes profissionais. Ou seja, permitem outras miradas para as pesquisas etnográficas, desde uma atenção sobre a trajetória e as redes de relações, produzindo novos entendimentos para a história da disciplina.

Quanto à questão da forma como a arquivística vinha atuando junto aos acervos pessoais até recentemente, Letícia Nedel (2013) afirma que historicamente esse material foi tratado tecnicamente como um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (NEDEL, 2013, p. 137) e que estiveram por muito tempo sob o cuidado das bibliotecas, ao passo que os arquivos institucionais eram compreendidos como “conjuntos naturais, necessários, instrumentais e, consequentemente, probatórios, resultantes das transações documentais” (NEDEL, 2013, p. 137). A intencionalidade é um dos aspectos que fica mais evidente a partir da mudança de olhar para os arquivos, já que a produção da verdade histórica é perpassada pelos mecanismos de poder em vigor, resultando nas definições do que deveria ser ou não preservado e o que seria considerado ou não uma fonte. Além disso, Heymann (2013) afirma também que esse lugar periférico que os acervos pessoais continuaram a seguir ocupando “nas análises interessadas na construção social dos arquivos” (HEYMANN, 2013, p. 69) é o reflexo de uma associação a uma memória individual e a uma personalidade particular, o que acaba apagando outras contribuições desse tipo de material.⁹ É importante destacar que

e por ser a nomenclatura usada no AEL, onde está depositado o Fundo Roberto Cardoso de Oliveira.

⁹ É preciso salientar que na área de história da antropologia há uma vasta produção que utiliza esse material (conferir, por exemplo, CUNHA, 2004; HEYMANN, 2012; PETSCHELIES, 2019; SOUZA, 2013; TAMBASCIA, 2010; VALENTINI, 2010 etc.) o que não acontece em diferentes áreas da disciplina ou das ciências sociais. De forma análoga, como aponta Nedel (2013), essa questão também pode ser percebida na forma como historicamente esse tipo de suporte foi visto pela própria arquivística.

um acervo pessoal, ainda que abrigue a documentação acumulada por seu titular, contém sempre uma multiplicidade de outras pessoas, instituições e interesses que permitem análises que vão além de um estudo de uma trajetória.¹⁰

Esse tipo de perspectiva acaba ainda por invisibilizar o duplo caráter presente nesses papéis: de um lado a intencionalidade da preservação e da construção de uma imagem sobre si, e de outro a impossibilidade de um total controle da acumulação e da construção de uma memória. Isto mesmo no caso de Roberto Cardoso de Oliveira, como veremos com mais detalhes adiante, em que seus documentos foram doados por ele ainda em vida e em um período em que seu trabalho já era reconhecido pela antropologia produzida no país. Seguindo o alerta de Heymann (2012) de que não podemos entender o arquivo como memória automaticamente dois aspectos se sobressaem. Em primeiro lugar, é preciso destacar a multiplicidade de pessoas envolvidas no processo de arquivamento. Além disso, é fundamental lembrar que o material preservado muitas vezes não dá conta de reproduzir todos os aspectos da vida de um indivíduo, assim como pode haver um grande volume de papéis acerca de um aspecto secundário de sua trajetória. Podemos mencionar ainda a própria intenção do doador de preservar ou não certos aspectos de sua vida, assim como das instituições de memória de aceitar ou não a recepção de determinados acervos a partir de suas políticas internas de preservação. Outro ponto importante que merece atenção é que não é possível supor que tudo o que foi preservado ou acumulado teve como motivação uma reconstrução do

¹⁰ No caso específico dos arquivos de antropólogos, Candice Vidal e Souza (2013) afirma a importância de análises “multilocais” em sua pesquisa a respeito da disciplina produzida em Minas Gerais e sobre a trajetória de Marcos Magalhães Rubinger (1934-1975), justamente em decorrência de uma grande interlocução e comunicação entre os profissionais atuantes na rede profissional deste intelectual. Destaco aqui essa informação justamente para ressaltar essa dualidade das pesquisas com arquivos pessoais: a presença de várias pessoas dentro de um mesmo acervo e a presença desses indivíduos em mais de um conjunto documental. Marcos Magalhães Rubinger foi um antropólogo mineiro, aluno da segunda turma do Curso de Especialização de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social realizado no Museu Nacional, foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais até a década de 1960, quando foi preso, torturado e exilado pela ditadura militar brasileira.

passado ou mesmo uma projeção de uma narrativa de si para as futuras gerações. Ainda que haja um investimento nessas duas direções, não é provável que todas as ações sejam calculadas dessa maneira – há sempre diferentes motivações envolvidas nesse processo de acumulação.

A proposta de produção de uma biografia do arquivo, desenvolvida por John Randolph (2005), tenta dar conta de alguns desses aspectos e nos ajuda a lembrar das várias camadas de produção envolvidas na acumulação e no arquivamento dos documentos, já que eles, assim como os objetos, recebem os sentidos e os transformam com o tempo. Dessa forma, a biografia do arquivo leva em consideração as transformações em que esses documentos foram submetidos ao longo de seu percurso e que, apesar das mudanças e de descontinuidades, continuam a constituir esse acervo. Ademais, nos recorda de que esses papéis têm também uma história e uma trajetória que são de crucial importância para a compreensão de narrativas que comportam, legitimam e instituem.

O compilado de vários debates que envolvem as pesquisas em arquivos apresentados aqui – como o novo olhar sobre o arquivo e sua construção de conhecimento e poder, os mecanismos de arquivamento, a intencionalidade e a relação entre acervos e memória – colabora com questões que nortearam minha atuação junto ao Fundo Roberto Cardoso de Oliveira e com minha pesquisa de mestrado.¹¹ O arquivo e a constituição de uma história da disciplina a partir da figura do antropólogo foram (e continuam sendo) uma preocupação metodológica, mas também teórica. Dessa forma, proponho uma reflexão de como essas questões podem ser mobilizadas com a trajetória desses documentos e com a construção de mais uma camada ao legado de Cardoso de Oliveira para a história da antropologia no Brasil.

¹¹ No doutorado contínuo interessada nas pesquisas em arquivos, mas agora com outra perspectiva e estudando outro fundo: o da antropóloga Mariza Corrêa, depositado na mesma instituição que se encontra o acervo de Roberto Cardoso de Oliveira.

O FUNDO ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA DE SI

Eu tinha um material muito grande de documentos muito variados relativos à minha trajetória profissional, com passagem por diferentes instituições, como o Museu do Índio, o Museu Nacional, a Universidade de Brasília, além de alguns colegiados de órgãos nacionais e internacionais, conselhos de revistas científicas, etc. Quando saí de Brasília em 1985, em janeiro, ou melhor, em dezembro de 1984, fui para a Unicamp e deixei na sala que tinha aqui um material muito grande de arquivos, documentos etc... Eu sempre guardava as coisas, não jogava fora, eu mesmo classificava em pastas devidamente identificadas. Inclusive, tinha a minha correspondência desde 1955 ou 1956 devidamente arquivada. Então tinha todas essas coisas e eu não ia estar carregando nas costas, mudando-me para Campinas [...] Falando com a Mariza [Corrêa], ela teve a idéia do programa de história da antropologia ficar com esse material. Eu faria uma doação formal, o que foi feito. E a Unicamp assumiu o encargo de mandar buscá-lo em Brasília [Roberto Cardoso de Oliveira, 1998]¹² (SAMAIN; MENDONÇA, 2000, p. 220-221).

A fala de Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) sobre a mudança de seus documentos a Campinas possibilita conhecermos algumas questões relativas a seu acervo, como parte do conteúdo disponível, mas também um pouco de sua relação com os papéis que produziu, acumulou e organizou. Quanto ao conteúdo, ainda que de extrema importância para diversas pesquisas que se debruçam na história da antropologia brasileira, é possível obter essas mesmas informações através de uma leitura rápida do instrumento de pesquisa¹³ desse acervo. Porém, sua interação

¹² Entrevista de Roberto Cardoso de Oliveira concedida à Etienne Samain e João Martinho de Mendonça em 1998 e publicada na *Revista de Antropologia* em 2000.

¹³ Os instrumentos de pesquisa são textos que permitem a identificação de informações sobre

com esses documentos e seu papel na preservação desse material ficam claros no depoimento concedido a Etienne Samain e João Martinho de Mendonça em 1998. Em minha pesquisa de mestrado, a relação entre o conteúdo e a atuação de Cardoso de Oliveira com esses documentos foi de fundamental importância para compreender o projeto de antropologia construído por ele ao longo de sua trajetória (cf. SERAFIM, 2021). Dessa forma, os debates sobre arquivos pessoais, a associação da antropologia com documentos e de etnografia de arquivo foram centrais para a discussão proposta.

Para compreender melhor essa relação, é importante conhecer mais a trajetória do antropólogo e a biografia de seu arquivo (cf. RANDOLPH, 2005). Roberto Cardoso de Oliveira, filósofo de formação, desenvolveu sua carreira acadêmica na antropologia. Seu contato inicial com a disciplina ocorreu ainda na graduação realizada na Universidade de São Paulo (USP), no final da década de 1940, a partir das aulas de Florestan Fernandes e Roger Bastide. Porém, foi em sua atuação no Museu do Índio (que era vinculado ao Serviço de Proteção aos Índios – SPI¹⁴) a partir de 1954 que ocorreu a mudança de área. É na instituição carioca que inicia sua pesquisa junto aos Terena (povo indígena de família linguística Aruak, localizados no estado do Mato Grosso do Sul) e participa, primeiro como aluno e posteriormente como auxiliar, do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural ministrado por Darcy Ribeiro. Após quatro anos de trabalho deixa a instituição e se torna professor no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde continua a desenvolver suas pesquisas etnológicas junto aos Terena e também inicia um trabalho com os Ticuna (de família linguística Tikuna e localizados no Alto Solimões, no estado do Amazonas). A partir dessas pesquisas, desenvolve o conceito de “fricção interétnica”, uma proposta de análise do contato entre culturas indígenas e a sociedade nacional, repensando a ideia de aculturação e propondo em seu lugar uma reflexão a partir da noção de identidade étnica

os documentos de determinado acervo. No caso específico no fundo Roberto Cardoso de Oliveira, há uma listagem das pastas que possibilita, na maior parte dos casos, a identificação da temática geral que agrupa os documentos nesse suporte.

¹⁴ Atualmente Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

(cf. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996). Além disso, é no Museu Nacional que inicia sua atuação com o desenvolvimento de cursos de formação na década de 1960. Primeiro, com o Curso de Especialização em Teoria e Pesquisa em Antropologia Social, uma iniciativa baseada na experiência ocorrida no Museu do Índio, mas que almejada um maior adensamento de conteúdos e exigia uma dedicação integral de seus alunos. Posteriormente, organiza o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, junto com seu colega britânico David Maybury-Lewis (1929-2007), na mesma instituição. Essa parceria também resulta no desenvolvimento do *Harvard-Central Brazil Research Project*, um convênio entre a Universidade de Harvard e o Museu Nacional para o desenvolvimento de pesquisas etnológicas por pesquisadores das duas instituições através de dois projetos: o “Estudos de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil” e o “Estudo Comparativo da Organização Social dos Índios do Brasil”.

Cardoso de Oliveira se transfere para a Universidade de Brasília (UnB) em 1972, tendo como uma de suas missões ajudar a criar o programa de mestrado e de doutorado em antropologia da universidade. Paralelamente a isso, inicia novo projeto de pesquisa a partir de uma reflexão epistemológica sobre as bases teóricas da disciplina, investigando as raízes racionalista e empirista da mesma. Esse retorno a temáticas relacionadas à sua formação inicial se aprofunda com sua mudança para Campinas. Em 1985, Cardoso de Oliveira parte para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde desenvolve pesquisas sobre antropologias centrais, periféricas e os diferentes estilos da disciplina, conceitos que não estavam vinculados a um juízo de valor, mas sim aos locais onde ela se originou e às formas como ela foi incorporada de diferentes maneiras em outros países (cf. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988). Ainda na Unicamp, colabora com a criação do Doutorado em Ciências Sociais através do desenvolvimento de uma das áreas de pesquisa: Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber. Ao final da década de 1990, após sua aposentadoria na instituição, regressa à UnB, onde permanece trabalhando até a sua morte em 2006.

Ainda que bastante conhecida, o estudo da trajetória do intelectual merece novas miradas, ao considerarmos uma análise sobre seu acervo, que desde sua doação adquiriu uma história própria. Resta, assim, discorrer

brevemente sobre o próprio material do arquivo. O fundo Roberto Cardoso de Oliveira foi doado em meados da década de 1980 ao Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB), coordenado por Mariza Corrêa (1945-2016),¹⁵ professora da Unicamp, sendo depositado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Esse processo ocorre em meio a sua transferência para a universidade e a dificuldade do deslocamento e de armazenagem desse grande volume de material. A primeira etapa de organização ocorreu nos anos de 1990 a partir do trabalho de bolsistas vinculadas ao PHAB, Flávia Carneiro, Héline Fernandes Soares e Beatriz Couto Porto (PORTO, 1992), e possuía 405 pastas. A documentação foi dividida em quatro séries: vida pessoal, correspondência, vida acadêmica e produção de terceiros; além de um dossiê e anexos (termos de classificação imprecisos, mas que expõem alguns dos desafios da organização de um arquivo, que deve explicitar uma lógica da coleção de documentos guardados por um titular ao longo da sua vida). A maior parte do material corresponde a documentos textuais, mas há também fotografias (fotos impressas, contatos e negativos), filmes, mapas e livros. A segunda etapa de organização ocorreu com os documentos que chegaram a partir de 1994, já que Cardoso de Oliveira continuou enviando seus documentos ao longo dos anos, a medida em que iam se acumulando. No caso das correspondências, por exemplo, elas eram enviadas em média a cada 5 anos. O trabalho com essa nova leva se iniciou em 2016, a partir de uma iniciativa do arquivo em atuar junto a vários acervos antropológicos. Essa etapa ainda não foi finalizada, em decorrência da paralisação das atividades causadas pela pandemia da COVID-19 e da chegada de diversos novos acervos no AEL. Apesar disso, é possível afirmar que o fundo conta atualmente com pouco mais de 600 pastas de documentação.

¹⁵ O PHAB iniciou suas atividades em 1984 sob a coordenação de Corrêa e contou com a colaboração de alunas e alunos da graduação em ciências sociais e da pós-graduação em antropologia social da Unicamp, além do financiamento de três agências de fomento e da própria universidade. O projeto tinha como objetivos iniciais colher depoimentos de antropólogos das primeiras gerações da disciplina no Brasil; porém, com o andamento das entrevistas e o recebimento de acervos documentais doados esse escopo foi ampliado até a criação dos primeiros programas de pós-graduação no país.

Cardoso de Oliveira contou que Corrêa havia sugerido chamar o material de “arquivo RCO”, porém ele acreditava que seus documentos poderiam ser o início de um “Arquivo Histórico da Antropologia Brasileira”, tanto para que pudesse abarcar o acervo de outros colegas de profissão, como também em decorrência da importância de seus documentos para a história da disciplina (cf. SAMAIN & MENDONÇA, 2000). Quanto ao recebimento de outros acervos, o antropólogo tentou articular a doação com seus pares, como com David Maybury-Lewis e Luiz de Castro Faria (1913-2004); porém, acreditava que muitos colegas tinham uma resistência a esse processo em virtude de uma dimensão pessoal que é sempre inerente à documentação. Ao final, o conjunto de material passa a ser chamado de “fundo Roberto Cardoso de Oliveira”, mas o AEL passou a abrigar também os acervos de Donald Pierson (1900-1995), Herbert Baldus (1899-1970) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), todos recebidos pelo PHAB.¹⁶

Quanto ao conteúdo, destaco o grande volume de correspondências, que inclui cartas recebidas, mas também as enviadas por Cardoso de Oliveira, incluindo as de caráter mais pessoal; assim como muitas cartas de terceiros (ou seja, cartas que apesar do antropólogo não ser o remetente ou o destinatário principal da comunicação, recebeu em cópia para acompanhar certos debates). As correspondências foram o tipo documental que mais trabalhei em minha dissertação, não apenas pelo volume encontrado, mas pela importância que o próprio Cardoso de Oliveira parecia atribuir ao material (o que pode ser percebido pelo contínuo envio, assim como pela preocupação de arquivamento e preservação deste material desde a década de 1950). Além disso, é através delas que foi possível acompanhar o andamento de suas pesquisas, seus projetos de financiamento, sua atuação nas universidades e instituições, e, principalmente, as trocas com sua rede de relação no Brasil e no exterior. Quanto a isso, Cunha (2004) ressalta que esse tipo de material coloca em destaque um caráter mais espontâneo e profundo do pensamento de um determinado autor, ainda que por

¹⁶ Atualmente o AEL abriga, além dos acervos já citados, os documentos de Antonio Augusto Arantes (1943-), Mariza Corrêa, Mauro Almeida (1950-), Peter Fry (1941-), Regina Müller (1950-), Verena Stolcke (1938-), dentre outros fundos.

vezes contraditório. Já Sue Mckemmish (2018) evidencia que através das correspondências pessoais conseguimos conhecer diversos aspectos e informações referentes à vida de seu titular, mas a sua maior contribuição está justamente na interação estabelecida entre remetente e destinatário e em como é possível acessar esse tipo de troca.

Destaco aqui uma das cartas do antropólogo de seu acervo por ela permitir o acesso a alguns dos elementos de sua trajetória, assim como entender um pouco melhor parte da dinâmica de suas relações já mencionadas:

Campinas, 14 de fevereiro de 1986

Caríssimo David,

Apenas agora estou podendo voltar à minha correspondência, depois do final de ano e começo de 86 bastante atribulado: mudei-me finalmente para o novo apartamento com todas as perturbações que isso acarreta à vida normal; além do mais tive de simultaneamente preparar os dois cursos que darei nesse semestre e a cuidar do Anuário/85 e da reunião da ABA. E como já havia enviado carta formal pedida por você, antecipando-me portanto à sua aceitação (tudo isso para ganhar tempo), fiquei mais tranquilo para responder sua última carta.

Estamos, portanto, contando com você e, desde já, eu gostaria que você me dissesse qual o título de sua Conferência, a fim de que possamos divulgá-la no programa definitivo que está sendo preparado pela Comissão Organizadora (que tem como coordenadora a Cecília Maria Helm e para quem você poderá escrever diretamente, se assim desejar, no que diz respeito a reserva de Hotel: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Antropologia, rua Gal. Carneiro 400 – Caixa Postal 3121 – Curitiba, 8000, Paraná). É importante que você confirme definitivamente sua participação o quanto antes. Ok?

Eu, pessoalmente, e a Mariza Corrêa e seu projeto sobre a História da Antropologia Brasileira, gostaríamos que

você viesse a Campinas depois da Reunião, a fim de dar um depoimento sobre a sua participação nessa História e, em seguida, dar uma entrevista que será filmada em vídeo (a coisa não é chata! Fui submetido a todo esse ritual em 1984 - o que resultaria em minha transferência para cá...).

Mandamos um grande abraço a todos os Maybury-Lewis, extensivo aos Cardoso de Oliveira daí e a Mariza Peirano, aqui fica o Roberto. (Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Roberto Cardoso de Oliveira, sublinhado no original).

A correspondência endereçada a David Maybury-Lewis se inicia com uma atualização de sua vida, que é também, em certa medida, uma justificativa para a demora em responder a carta enviada pelo antropólogo britânico. Na sequência, Cardoso de Oliveira atualiza as informações sobre a Reunião Brasileira de Antropologia, que seria realizada naquele mesmo ano em Curitiba, evento que contou com a participação de Maybury-Lewis e que marcava o encerramento da gestão do antropólogo brasileiro da presidência da ABA. A última questão abordada gira em torno do PHAB: como mencionado anteriormente, Cardoso de Oliveira não apenas colaborou com o projeto concedendo depoimentos e doando seu acervo, como atuou na articulação junto a outros colegas para que eles fizessem o mesmo. Além disso, ele compartilha que a vinda para a Unicamp foi impulsionada por esse contato. Por fim, sua despedida se estende a toda família do destinatário, mas também a sua própria família (seu filho mais velho, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (1953-), estava realizando seu doutorado em Harvard nesse período) e a Mariza Peirano (1942-) (que também estava pesquisando nos EUA).

Como é possível perceber através desse documento, as cartas trocadas com colegas geralmente percorriam uma estrutura semelhante: uma recapitulação sobre alguns eventos envolvendo seu trabalho e questões pessoais; perguntas semelhantes ao interlocutor; o desenvolvimento de uma temática (geralmente o motivo da comunicação); e saudações e recordações ao destinatário, seus familiares ou colegas próximos. Além disso, quando endereçado a seus principais interlocutores, dentre eles o próprio Maybury-Lewis, Cardoso de Oliveira contava frequentemente sobre seus

projetos de pesquisa em desenvolvimento, as discussões teóricas que estava interessado e sua atuação nas diversas redes de colaboração e eventos nacionais e internacionais; tudo isso ao mesmo tempo que compartilhavam sobre a saúde e planos de vida de suas próprias famílias.

Ainda sobre o conteúdo, o fundo Roberto Cardoso de Oliveira permite acompanhar uma série de discussões que envolveram a disciplina na segunda metade do século XX, ao aglutinar documentos que contam das passagens do antropólogo por três universidades no Brasil, pelo Museu do Índio, por instituições no exterior (EUA, França e México), por reuniões de antropologia nacionais e internacionais (como os Congressos Internacional de Americanistas e Indigenista Interamericano), pelos projetos de pesquisa colaborativos e pelas agências financiadoras (incluindo a Fundação Ford). Nomes, instituições, fluxos de redes de colaboração, parcerias, pesquisas e o desenvolvimento de políticas públicas educacionais compartilham com Cardoso de Oliveira um destaque na história da antropologia que esse material permite contar. Com isso, quero propor que essa história é construída através da narrativa do antropólogo, mas também mediante os esforços relacionados ao PHAB, bem como do trabalho realizado no próprio AEL e por mim mesma, ao me debruçar sobre esses papéis em meu mestrado.

Partindo das discussões já apresentadas (CUNHA, 2004; RANDOLPH, 2005; HEYMANN, 2013; NEDEL, 2013; DIRKS, 2015), sigo a ideia de que é importante levar também em consideração os aspectos da construção e organização dos documentos para uma reflexão sobre os arquivos, de forma que não fique apenas contida em seu conteúdo. No caso dos acervos pessoais, os documentos passam por uma primeira organização por parte de seus titulares a partir de duas questões primordiais: para permitir o uso da documentação e como forma de armazenar esse material nos ambientes disponíveis. Esse é um processo que relaciona produção, seleção e arquivamento que pode ser realizado por uma ou mais pessoas; no caso do antropólogo não há indícios de que outros tenham se ocupado da gestão prévia desse material. No momento de doação esses papéis podem passar por uma nova seleção e ordenação feita por seu titular ou por terceiros. Com a chegada do material à instituição de memória,

novos atores são inseridos no processo de organização, atuando a partir dos critérios já estabelecidos pelos locais de guarda e, em parte, usando como base as lógicas anteriores de arquivamento de outras coleções. Além disso, esse processo pode se repetir posteriormente, como ocorrido com o fundo Roberto Cardoso de Oliveira, para acomodar os documentos recebidos em um segundo momento, ou ainda para aprimorar a organização anterior. A partir dessa breve recuperação, é possível perceber que o fundo documental é então resultado destes distintos movimentos e da ação de diferentes pessoas entre a produção do material e o arquivamento institucional, ou seja, a narrativa que esses papéis produzem é resultado desses vários processos.

Como já mencionado, não há indícios na documentação ou na bibliografia de Cardoso de Oliveira de que terceiros tenham atuado na organização de seu acervo antes da doação ao PHAB. O mesmo acontece nas entrevistas que realizei ao longo da pesquisa de mestrado, com antropólogas e antropólogos que foram suas alunas, alunos e colegas de trabalho.¹⁷ Ao contrário, o que é relatado por muitos deles é a grande capacidade de organização de Cardoso de Oliveira que é percebida através de sua facilidade em atuar em várias esferas administrativas, mas também com a materialidade resultante de seus trabalhos e pesquisas. Isso fica claro durante o depoimento de Luís Roberto Cardoso de Oliveira: “Mas, o papai era muito organizado, como você deve ver nos arquivos dele, ele tinha essa capacidade e também um talento administrativo, não era só acadêmico, mas ele sabia combinar bem as coisas, porque não é fácil isso. [...] Eu imaginaria que poucas pessoas são tão organizadas” (Depoimento de Luís Roberto Cardoso de Oliveira à autora, Brasília, 15 de fevereiro de 2019). Assim como na fala de Roque de Barros Laraia:

¹⁷ No Brasil foram entrevistados Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Carlos Rodrigues Brandão (1940-), Roque de Barros Laraia (1932-), Julio Cezar Melatti (1938-), Roberto Augusto DaMatta (1936-). Já no exterior, Teresa Rojas Rabiela, Miguel Alberto Bartolomé, Virginia García Acosta (1952-), Myriam Jimeno (1948-), Gustavo Lins Ribeiro e Mariano Báez Landa.

No Museu, o Roberto tinha essa característica que ele era uma pessoa bem-organizada, ele tinha essa capacidade gerencial, que outras pessoas não têm. Pessoas que as vezes são bons pesquisadores não têm. Além do fato de ele ser uma pessoa altamente produtiva, questão da quantidade de livro que ele tem, poucos antropólogos têm. Então ele tinha esse dom de saber administrar, organizar e isso foi importante para o Museu Nacional (Depoimento de Roque de Barros Laraia à autora, Brasília, 17 de junho de 2019).

Além disso, é preciso assinalar também que não há evidências que Cardoso de Oliveira tenha participado ativamente ou tenha sido consultado sobre a organização de seu material quando o PHAB estava realizando esse trabalho, ainda que estivesse vivo e atuante nesse período. Ou seja, seu controle sobre como seus documentos seriam organizados e, posteriormente, lidos, terminam no momento da doação, ainda que o arranjo anterior possa ter sido levado em consideração na atuação institucional.

Recupero esse movimento para reforçar a ideia de que um arquivo não é sinônimo de memória, já que, como nos recorda Heymann (1997, p. 50), “não se organiza um arquivo sem operar exclusões, sem conferir ênfases e sem estabelecer critérios, sempre subjetivos, capazes de ordenar e permitir o acesso dos usuários à documentação”. Entretanto, é importante destacar que no caso de Cardoso de Oliveira seu acervo é parte integrante de um projeto de memória e de constituição de uma história da antropologia – junto à publicação de seu diário e as várias entrevistas concedidas, aspectos que desenvolverei mais adiante. A biografia do referido fundo passa por seu processo de produção, acumulação, seleção e guarda de documentos, mas também pelo arquivamento por parte do PHAB e do AEL. A classificação anterior de Cardoso de Oliveira, ainda que possa servir como base de trabalho dos arquivistas em um primeiro momento, é confrontada com as preocupações arquivísticas de preservação e de acesso à informação. Afinal, diferente dos arquivos institucionais, nos quais o respeito à ordem original é uma das bases da arquivística, Heymann (2012) nos alerta que no caso dos arquivos pessoais essa é uma questão mais complexa, já que esse material não foi preservado à luz de

regras estabelecidas, mas sim dos interesses e desejos de acumulação de seu titular e/ou das outras pessoas responsáveis pela gestão da documentação. Outra diferenciação na atuação entre esses dois tipos de acervo está contida na grande variedade de tipos documentais presente nos arquivos pessoais em relação aos institucionais e “exatamente por estarem sujeitos às idiossincrasias dos autores, com suas diferentes motivações e estratégias de acumulação, eles resistem a categorizações pautadas por um princípio único de classificação” (NEDEL, 2013, p. 140). No caso acervo do antropólogo é possível encontrar, além das correspondências, relatórios, materiais de docência, textos de Cardoso de Oliveira e de terceiros, apresentações em congressos, projeto de pesquisa, anotações diversas, materiais sobre a pós-graduação no país, recibos, convites, documentos pessoais, entrevistas, mapas, documentos de prestações de contas, bilhetes de avião, currículos, entre outros materiais.

Outro ponto importante para ser considerado é o de que nem sempre o arquivo pessoal reproduzirá as intensidades ou totalidades contidas na vida de seu titular, ou seja, nem sempre haverá documentos que abarquem todos os aspectos de uma trajetória, ou que a quantidade de documentos será condizente com a importância de certos eventos da mesma. No caso do antropólogo, é perceptível maior concentração de material sobre as pesquisas e de sua atuação no Museu Nacional e na primeira experiência da UnB, ainda que sua atividade na Unicamp não esteja ausente nos documentos – neste caso específico, ainda que o antropólogo tenha continuado a enviar documentos na década de 1990,¹⁸ é nítido que há uma diferença na quantidade de material preservado deste período. Um outro fator importante de ser também destacado é o impacto da inserção dos computadores e dos sistemas de mensagens eletrônicos na preservação desse material. Ou seja, com o uso desse equipamento na rotina de trabalho e de comunicação, o volume de material físico acabou diminuindo, como as correspondências e os materiais de trabalho – e, no caso específico deste acervo, não estão disponíveis para a consulta.

¹⁸ Não há indícios de doações realizadas nos anos 2000. Além disso, durante a entrevista com Luís Roberto Cardoso de Oliveira em 2019, o antropólogo afirmou que havia documentação de seu pai em sua posse na UnB e material salvo em seu antigo computador.

Ainda sobre a disponibilidade de material do fundo, é notório que há uma quantidade maior de documentos que poderíamos classificar como profissionais em comparação aos que tem um caráter pessoal. Entretanto, é preciso salientar que uma das principais características dessa documentação é justamente a grande quantidade de correspondências preservadas, sendo a maior parte destas de conteúdo pessoal e institucional. E é justamente através delas que conseguimos perceber as redes de relações envolvidas e de como essa característica marca a trajetória de Cardoso de Oliveira e principalmente da própria história da antropologia no país. As razões de acumulação e de preservação são múltiplas dentro dos acervos e isso impacta o material que encontramos posteriormente nos fundos. Dessa forma, ainda que não possamos entender acervo como sinônimo de memória, como já foi mencionado anteriormente, essas ausências e ênfases da documentação colaboram com a construção de uma narrativa de Roberto Cardoso de Oliveira, que busco apresentar brevemente neste texto – e de modo mais aprofundado na dissertação – e que são mais uma camada das múltiplas que compõem sua figura como um articulador de redes, projetos e instituições na história da disciplina no Brasil e na América Latina, partes constituintes de seu projeto de antropologia.

É preciso ainda retomar o olhar para os outros agentes envolvidos na construção narrativa do acervo. Apesar da existência de regras, sejam em um nível mais geral, como os protocolos arquivísticos nacionais e internacionais, ou num nível mais específico da própria instituição de guarda, elas foram aplicadas por pessoas e em tempos diferentes. Ou seja, no caso deste arquivamento, o fundo Roberto Cardoso de Oliveira passou por dois momentos de trabalho na instituição: o primeiro logo após a doação e o segundo mais de 20 anos depois, com os documentos doados a partir da década de 1990. Ainda que com essas normas em vigor, elas são interpretadas e aplicadas pela pessoa responsável pela organização, o que acaba conferindo certos traços de subjetividade no acervo (cf. HEYMANN, 1997). Além disso, esses dois processos implicam em uma sobreposição de trabalhos na construção discursiva desses documentos, o que torna mais complexo e menos direto uma associação do antropólogo como o único responsável pelo controle de seus documentos

e da história que salta desses papéis, mesmo que ele tenha feito a doação ainda em vida, em um período de intensa atividade acadêmica, e tenha sido o único responsável até aquele momento pela gestão desse material. Há ainda o sentido que os próprios pesquisadores e usuários dos arquivos darão a essa narrativa a partir do contato com esses papéis. Todos esses fatores implicam e contribuem com as análises que podemos fazer desses documentos para as pesquisas antropológicas sobre a história da disciplina e de seus intérpretes.

Mas o que eu quero dizer é que doei também como uma forma de colaborar com o projeto sobre História da Antropologia no Brasil, e uma maneira de verificar se o que tenho pode servir, eventualmente, como testemunho da antropologia vivida por mim durante um longo período. Trabalho em antropologia desde 1954. E desde 1954 é um tempo razoável, sobretudo numa época que havia poucos antropólogos [Roberto Cardoso de Oliveira, 1998] (SAMAIN; MENDONÇA, 2000, p. 221).

Ainda que o arquivo em si não possa ser considerado sinônimo de memória, o esforço de preservação e de doação mostra uma autoconsciência sobre a importância de seu trabalho para a história da disciplina, assim como um esforço de contá-la de uma determinada maneira.¹⁹ Isso pode ser percebido através desse trecho de sua fala para Samain e Mendonça (2000), como também em outras entrevistas e na própria publicação de dois de seus diários de campo. Roberto Cardoso de Oliveira publicou seus primeiros cadernos, resultantes das viagens aos territórios Terena e Ticuna, pouco antes de sua morte. *Os diários e suas margens* (2002) é uma obra que vai um pouco além do que tornar público esse material de

¹⁹ A doação desse material, a partir do que Cardoso de Oliveira selecionou preservar, acaba por instituir determinadas possibilidades de histórias em detrimento de outras. Isso não implica necessariamente em um controle sobre as narrativas que podem partir desses documentos ou uma intencionalidade absoluta em contar uma determinada versão, mas tem consequências para o que é possível ser produzido a partir deste arquivo em específico. Essa não é uma ressalva sobre o arquivo do antropólogo, mas uma questão comum deste tipo de material. E, por isso, mostra um esforço em contar sobre sua trajetória de uma determinada maneira.

pesquisa. Neste livro, o antropólogo não apenas reproduz seus escritos, como desenvolve uma espécie de diálogo entre o jovem pesquisador em início de carreira e o professor emérito já aposentado de duas universidades – figuras separadas por quase 50 anos. Essa interlocução ocorre através de comentários “às margens” do texto, ou seja, ao longo da própria escrita com uma grafia diferente (itálico). Quanto aos objetivos desse livro, Cardoso de Oliveira afirmou que almejava atingir duas questões: de um lado, divulgar e devolver de forma mais acessível informações para as comunidades estudadas (uma demanda que recebeu desses próprios grupos ao longo de sua carreira); e de outro colaborar com a história da disciplina e com a formação de novos pesquisadores – e era justamente para esse segundo objetivo que o diálogo entre os dois tempos era mais fortuito, e por isso este seria o maior motivo para a publicação dessa obra.

Destaco que na própria introdução do primeiro diário, o antropólogo chama a atenção para a possibilidade de ser lido como uma “autobiografia intelectual” (CARDOSO E OLIVEIRA, 2002, p. 20), ainda que de um período particular de sua carreira, e com isso indica caminhos da forma como gostaria que essa trajetória fosse lida. Porém, assim como no caso de seus documentos, esses indícios são apenas investimentos individuais, mas que não conseguem controlar os rumos narrativos que se seguem. Afinal, os leitores, os arquivistas e o público frequentador das instituições de memória também são produtores desse processo. Ainda que os diários de Cardoso de Oliveira tenham sido publicados, editados e não estejam presentes em seu fundo documental, acredito que algumas considerações sobre esse material são frutíferas para o debate. Cunha (2004) ressalta que os diários são produzidos com o objetivo de ser lidos apenas por seu próprio produtor em um movimento de releitura e rememoração e, por isso, podem ser entendidos também como documentos pessoais. Já Souza (2013) afirma que esse é o documento mais íntimo dos antropólogos e que “está no limite entre o público e o privado” (SOUZA, 2013, p. 179).

Esse gesto não é inédito, especialmente nesse mesmo período histórico, mas ainda assim é pouco comum na história da disciplina como um todo. O próprio Cardoso de Oliveira revela no prólogo de seu livro

a reticência de muito de seus colegas com a questão, já que é um texto que não tem a premissa de ser definitivo, seu objetivo está atrelado às lembranças do que foi vivido e pensado nesse processo de pesquisa, e, assim, não passaram ainda por um “crivo analítico da ‘prática teórica’” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002, p. 13).²⁰ Dessa forma, apesar de ser um documento onde é possível acessar diferentes aspectos, como questões das próprias pesquisas, os dilemas em campo, aspectos da trajetória, entre outros assuntos, é um texto com um forte caráter pessoal, íntimo e provisório, sem ter a pretensão de se tornar público.²¹

Se estes aspectos dificultam o compartilhamento deste tipo de informação etnográfica (ainda que seja inestimável para a própria escrita e reflexão antropológicas), esse material carrega uma potencialidade do que venho chamando a atenção no acervo de Cardoso de Oliveira, neste caso não exatamente por seu conteúdo, mas pela forma como seu produtor lidou com esse material e de como ele é também parte constitutiva de seu legado. Essa construção narrativa está vinculada à maneira como o antropólogo gostaria de ser lembrado pela disciplina e por seus pares e ao seu projeto de antropologia, que envolveu a criação de programas de pós-graduação, docência, pesquisa e redes de relações nacionais e internacionais que propôs e atuou. Porém, é importante lembrar que essa construção não é exclusiva de Cardoso de Oliveira, já que de alguma forma,

²⁰ Ainda que neste livro o antropólogo não faça referências sobre a relação da publicação de seus diários e de seus trabalhos desenvolvidos a partir de meados da década de 1970 com a hermenêutica e a epistemologia da disciplina, é possível perceber algumas aproximações em suas falas. O autor afirma que não reproduziu apenas seus diários, pois eles sozinhos “não falam por si mesmos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002, p. 18) e é justamente nesse processo de rememoração cognitiva que nasce um processo de tensão entre essas duas narrativas que resulta em novos significados sobre os fatos e sobre as condições de produção dos mesmos. Dessa forma, não seria preciso a publicação de todos os seus diários, apenas dos primeiros que escreveu sobre os Terena e Ticuna.

²¹ Cardoso de Oliveira afirma no livro que não há grandes alterações, apenas para uma melhor compreensão textual. Ainda que seja importante salientar que houve uma edição, esse fato não altera o potencial dessa publicação para o argumento que busco desenvolver aqui de comparar alguns de seus elementos com o acervo do antropólogo. Afinal, como já foi salientado ao longo do texto, um arquivo sempre opera exclusões e edições, seja por parte de seus titulares ou das instituições.

e com intensidades diferentes, é um esforço compartilhado. A diferença aqui reside no volume de materialidade que o antropólogo conseguiu preservar e disponibilizar para que outras pessoas possam acessar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo busquei discorrer sobre os debates que aproximam os arquivos e a antropologia no final do século XX, problematizando como essas contribuições nos ajudam a compreender as camadas de atuação presentes no Fundo Roberto Cardoso de Oliveira e como esse processo atua na construção narrativa sobre esses papéis. Essas discussões que confrontam a suposta neutralidade e a busca de uma verdade, que foi colocada sobre as instituições de memória, apontam também para a necessidade de análises que olhem para as constituições desses acervos, as políticas institucionais e o próprio arquivamento desses documentos administrativos, mas também para os pessoais. Quanto a esse segundo grupo, é aqui que fica ainda mais claro a problemática de uma simples correlação entre documentos e memória, já que esse tipo de acervo pode ou não conseguir representar a integridade de uma trajetória, além de ser uma construção coletiva que envolve mais de um agente em sua constituição.

A partir disso, o acervo de Cardoso de Oliveira é elucidado melhor por esses debates ao mesmo tempo que ajuda a compreender na prática como esses processos operam. Ou seja, é fundamental para uma pesquisa de acervos arquivísticos como os deste antropólogo o estudo de um grande conjunto de documentos que já eram uma preocupação antes mesmo de serem doados – processo que ocorre em meio a uma trajetória profissional já consolidada, mas ainda em desenvolvimento. Esse investimento inicial é adicionado a outros dois processos de arquivamento: um realizado em meio a um projeto de recuperação da história da antropologia no Brasil e o outro pouco mais de 20 anos depois. Se, de um lado, essas diferentes atuações e o próprio exame do acervo deixam claros que não podemos compreender esses documentos como uma verdade única sobre a história da antropologia, afinal eles são resultados da acumulação de Cardoso de

Oliveira, por outro lado, através de minha pesquisa fica claro que esse empreendimento é parte de um todo maior de uma narrativa sobre si que visava a construção de um projeto de antropologia e de um legado para a disciplina e que inclui além de seus documentos, a publicação de seus diários, as várias homenagens recebidas e as várias entrevistas concedidas. Por fim, as próprias pesquisas são também outra camada dessa construção da figura de Cardoso de Oliveira junto a seus documentos ao olharem para seu conteúdo e para as contribuições de uma escrita da história da disciplina.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro; Brasília: Tempo Brasileiro; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükúna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 17-81.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes. Tempo imperfeito: Uma etnografia do arquivo. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 289-322, 2004.
- DIRKS, Nicholas B. Annals of the Archive: Ethnographic Notes on the Sources of History. In: DIRKS, Nicholas B. *Autobiography of an archive: a scholar's passage to India*. New York: Columbia University Press, 2015, p. 27-49.

- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-66, 1997.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ, 2012.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 67-76.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 239-259.
- MONTEIRO, Alessandra Nóbrega et al. Arquivos Pessoais de Mulheres: a experiência da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC). *IX Seminário de Saberes Arquivísticos*, Coimbra, p. 73-87, 2019.
- NEDEL, Letícia Borges. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 131-163.
- PETSCHLIES, Erik. As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929). Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- PORTO, Beatriz Couto. Acervo de Roberto Cardoso de Oliveira. In: CORRÊA, Mariza; LARAIA, Roque de Barros (orgs.). *Roberto Cardoso de Oliveira: Homenagem*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1992, p. 167-174.
- RANDOLPH, John. On the Biography of the Bakunin Family Archive. In: BURTON, Antoinette (org.). *Archive Stories: Facts, fictions, and the writing of history*. Durham & Londres: Duke University Press, 2005, p. 209-231.

- SAMAIN, Etienne; MENDONÇA, João Martinho de. Entre a escrita e a imagem. Diálogos com Roberto Cardoso de Oliveira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 185- 236, 2000.
- SERAFIM, Amanda. “Abraços do velho”: Roberto Cardoso de Oliveira e a construção de um projeto de antropologia. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
- SOUZA, Candice Vidal E. A documentação do antropólogo Marcos Magalhães Rubinger e os vestígios da pesquisa e do ensino de antropologia nos anos de 1960. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 165-186.
- STOLER, Ann Laura. Os arquivos coloniais e a arte da governança. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 207-236.
- TAMBASCIA, Christiano Key. *Estrutura e Sentido no Africanismo de Mary Douglas: A Etnografia no Congo Belga e o Campo Acadêmico Britânico*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 2010.
- VALENTINI, Luísa. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Histórias Ameríndias. *Novos Estudos*, n. 36, p. 22-33, 1993.

Texto recebido em 28/09/2022 e aprovado em 08/06/2023